

Haddad não teme negociação com os credores internacionais

■ Para ministro, plano econômico vai agradar a bancos e FMI

BELO HORIZONTE — O ministro do Planejamento, Paulo Haddad, disse ontem nesta capital que está convencido de que não haverá dificuldade para negociar com as instituições internacionais, porque o programa que o presidente Itamar Franco deverá aprovar esta semana é “suficientemente austero” para fazer com que credores privados e instituições oficiais acreditem em perspectivas reais para os dois próximos anos. Haddad e o ministro da Fazenda, Gustavo Krause, se reúnem nos dias 7 e 8 de dezembro com as diretorias do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Haddad não acredita que encontrará clima ruim em função de uma declaração atribuída a ele, e publicada no Financial Times. Um jor-

nal paulista afirmou que a declaração [“as instituições internacionais sofrem muita pressão da opinião pública e o fato de terem negociado com um governo corrupto, que desperdiçou muito dinheiro, significará que elas estão ansiosas para ajudar a nova administração”] teria desagradado representantes do FMI e do Bird. O ministro afirma que foi mal interpretado pela correspondente do jornal inglês.

Ele contou que disse a Cristina Lamb que “as autoridades no exterior devem ver com bons olhos o afastamento de uma administração corrupta com a qual teriam que continuar negociando”. O ministro afirma que, da forma como foi publicada, a declaração leva a uma análise errada, de que as instituições sabiam estar negociando com um governo corrupto. Haddad en-

fatizou que não fez referência a integrantes da equipe econômica anterior, que merece respeito.

Paulo Haddad disse que fez sua declaração, interpretada erroneamente, ao responder à pergunta: “O senhor e o ministro Gustavo Krause não terão dificuldades de negociar com o FMI, o Bird e o BID devido às características da nova administração, que é vista lá fora como nacionalista e estatizante?” Haddad disse que respondeu que “o governo não é estatizante, porque o cronograma de privatização está sendo respeitado e haverá nova lei de desestatização para os setores estratégicos (petróleo, energia e telecomunicações)”, explicou. “E não é nacionalista porque o calendário da abertura da economia também está sendo respeitado.”